OS RESTAURADORES DE 1640.



Azulejo do jardim do palacio dos condes de Almada — Desenho de Nogueira da Silva — Gravura de Pedroso

Aos mais dignos varões, com terno affecto,
Sagrava, após o infausto passamento,
Saudosa a prole, sob o proprio tecto,
Pyramidal, singelo monumento.
Lusos, netos de heroes, quanto discreto
Fôra em parte imitar tal pensamento,
E ante os olhos ter sempre, em bronze ou telas,
A imagem dos avós e as acções bellas!

Com letras de oiro, em marmore gravadas,
Em luso pantheon ler inda espero
Vossos nomes, varões assignalados,
Por quem a patria quebra o jugo ibero;
E os dos outros heroes abalisados
Por quem na paz, no marcio jogo fero,
Brilhar a vejo, ufano em doce arrobo,
Nas cinco partes do terrestre globo.

Mas em quanto esse alcaçar erigido
Não é por Lysia aos seus libertadores,
Por tal denodo o galardão devido
Paguem-lhes vates, paguem-lhes pintores.
Eu, a quem, d'arte e engenho desprovido,
Fallecem estro, voz, pinceis e côres,
Deixando á nobre empreza aberto o campo,
Seis nomes sós, aqui, singelo estampo.

Ribeiro, Cunha, Almeida, honrae meu canto,
E vós, Mendonça, Mello e Antão d'Almada,
Por quem a patria enxuga o triste pranto,
De tão longo infortunio libertada.
Por vós seis que ligou vinculo santo,
A façanha immortal fôra traçada;
Quarenta a preparaes, dignos magnates
Que Almada ajunta e afoita em seus penates.

A. J. VIALE. — *Bosquejo metrico da Historia de Portugal.*

Cinco annos depois da publicação do poema em que se lêem tão patrioticas e canoras estancias, resolviam os cidadãos lisbonenses — que na frente do palacio dos condes de Almada, onde se reuniram e conjuraram os auctores da gloriosa revolução de 1640, se levante um padrão em que se gravem e perpetuem os seus nomes, com a seguinte inscripção: AOS RESTAURADORES DE 1640. A CIDADE DE LISBOA EM 1861.

Não é memoria sufficiente para o esquecimento de dois seculos. Mas em quanto a gratidão nacional não dedica aos que tão heroicamente reconquistaram a independencia de Portugal, um monumento digno de tal feito, sirva este padrão de escriptura publica da divida em que lhes estamos.

O pensamento primordial da commissão eleita n'esta corte, para prescrever o modo por que se devia solemnisar o dia primeiro de dezembro, anniversario da gloriosa restauração, foi erigir uma estatua a

João Pinto Ribeiro, por ser elle o que planeou a revolução, o que com a espada a levou a effeito, e com a penna defendeu os direitos do povo, e a legitimidade da casa de Bragança, perante a Europa e a curia romana, que tão adversa nos foi. Mas a brevidade do tempo fez com que se adiasse por este anno esse projecto, que esperâmos não deixará de realisar-se.

Não tanto a incuria dos tempos passados, como a porfiada guerra de quasi trinta annos que se seguiu á restauração do reino, foi causa de não possuirmos hoje retrato de nenhum dos auctores d'aquella revolução. Temos, porém, um debuxo coevo das principaes scenas d'aquelle grande feito, figuradas em azulejo, no jardim do palacio dos condes de Almada, situado no largo de S. Domingos.

Uma d'essas é a que hoje reproduzimos fielmente na gravura da primeira pagina. Preferimol-a, porque evidentemente a figura que está de pé, e em acção de fallar, é de João Pinto Ribeiro.

Elle proprio conta quando e como foi chamado á conferencia em que o vemos representado na gravura.

Depois de referir miudamente [1] todas as instancias que se fizeram ao duque de Bragança, para acceitar a coroa que de direito lhe pertencia; e os pretextos que este allegava para que se retardasse a revolução, ou antes, para que se não fizesse, diz João Pinto Ribeiro:

« Estas dissimulações, estes vagares, feriam os animos dos mais afervorados, e chamando descuido e frouxidão ao que era prudencia e cautela, se desfaziam em queixas contra o duque.

Dos que n'estes desejos andavam mais vivos, se ajuntaram em um dos dias de outubro de 1640 no jardim de D. Antão de Almada, elle, D. Miguel de Almeida, Francisco de Mello, monteiro-mór, e seu irmão Jorge de Mello, Pedro de Mendonça, e João Pinto Ribeiro, a quem D. Miguel convidára para aquella junta. Discorreram sobre o estado em que se achavam, e o remedio que pediam tantas miserias; culparam, com grandes discursos, estes fidalgos, o somno em que o duque estava sepultado, esquecido de si e do reino, aggravando estas culpas com o que lhe disseram em Almada, e as respostas equivocas que lhes dera. Defendia João Pinto Ribeiro seu amo com brio e constancia, attribuindo todos seus descuidos ás considerações com que os fidalgos se haviam, abrindo inconvenientes e concebendo temores, quando deveram de obrar resolutos e animosos, querendo antes atropellar respeitos particulares pelo bem commum, que atar-se a elles em damno publico e particular. Acrescentava, que em mão tão perdida, só um commettimento temerario promettia e segurava o remedio, e que, ou o duque consentisse ou não, o acclamassem, que maior perigo corria elle nas suspeitas que no feito, e que a certeza d'esta verdade lh'o reduziria. Assentou-se que um d'elles fosse convidar e desafiar o duque, em quem estava o direito da successão, para que elle reconhecesse ser o reino seu, e se deliberasse a acceitar a acclamação que d'elle se queria fazer, para seu libertador e legitimo rei.

Apertaram aquelles fidalgos com João Pinto, para que fosse a Villa Viçosa representar ao serenissimo duque o estado das coisas, o desgosto da nobreza, o sentimento e afflicção dos povos, e significar o risco em que todos estavam, e o pouco remedio que lhes ficava, divertidos para Catalunha os chamados. Que lançasse sua excellencia mão de occasião tão opportuna. Negou elle o que se lhe pedia, mostrando com evidencia as desconveniencias de sua jornada, assim pela razão do segredo, como porque sendo criado do duque, não ficava elle bastante fiador d'aquelle empenho. Apontou-lhes as conveniencias que havia em a fazer Pedro de Mendonça, e conformes com suas razões convieram que fosse este fidalgo. Acceitou elle o trabalho, com tão alegre vontade como eram os desejos de ver chegar obra tão generosa ao fim necessario.

Dilatou-se porém alguns dias, em razão de um achaque que o sujeitou a quatro sangrias. Fez seu caminho por Evora, para tentar os senhores em que alli havia confiança; porém aquelles com quem fallou achou mais animosos e desejosos que resolutos. A quem não retardaria o arduo d'este commettimento?

Passou a Villa-Viçosa, deu conta ao serenissimo duque do que passava, do a que ia, e de como se esperava d'elle o sim, para se obrar; não o que as forças promettiam, mas o que a razão e justiça pediam, e os animos dos amadores da patria seguravam. Obrou elle de modo que empenhou a vontade do duque, porque sentindo o que todos sentiam, não podia desdizer do que todos approvavam. Abriu-se aquelle principe com elle, dando-lhe as esperanças mais claras, e assim uma segurança de nos não faltar, nem desamparar, a que o empenhava não só o risco em que se achava, mas aquellas faiscas de pae da patria que, com o direito de sua successão, trazia no peito encerradas. Não assentaram as ultimas resoluções, atalhados da visita que sobreveiu a sua excellencia do bispo de Elvas, de quem se acautelaram, ou porque guardava Deus esta felicidade para João Pinto Ribeiro. »

Foi pois a eloquencia, o saber, a auctoridade e audacia d'este grande homem, que resolveu o inerte duque de Bragança a acceitar a coroa, e fundar a dynastia ainda hoje reinante, e que Deus conserve.

Sabe-se que os conspirados estavam resolvidos a sacudir o jugo de Castella, embora o duque não quizesse ser rei, elegendo elles quem lhes parecesse, e até declararem-se em republica se assim conviesse. Mas poderia d'esse modo vingar a revolução? Duvidâmos. E de crer que se tal acontecesse, Portugal recairia no dominio de Hespanha, obrigado pelas potencias européas, e n'elle estaria hoje.

O bom exito pois da revolução de 1640 deve-se principalmente a João Pinto Ribeiro.

E de um homem tão benemerito da patria e das letras, só nos resta, além dos seus escriptos, esse imperfeito debuxo n'um azulejo!

Da sua vida apenas sabemos o que nos diz o laborioso abbade Diogo Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*; a que nada mais póde acrescentar a incansavel diligencia e escrupulosa investigação do nosso amigo e collaborador, Innocencio F. da Silva, no *Diccionario Bibliographico* t. IV, p. 22.

Por ser já bem rara aquella obra de Barbosa, aqui transcrevemos a noticia biographica que elle nos dá do fautor da revolução de 1640.

« João Pinto Ribeiro, oriundo da villa de Amarante, porém natural de Lisboa, como elle confessa na primeira relação que imprimiu sendo juiz de fóra da villa de Pinhel, a pag. 94 § 84: se dá nota de *mal fallado e pouco curial a um filho de Lisboa nascido e creado no regaço da lingoa etc.* Teve por progenitores a Manuel Pinto Ribeiro e Helena Gomes da Silva, descendentes ambos de familias nobres. A perspicacia do engenho que logo descobriu nos primeiros annos, deu certas promessas do progresso que havia de fazer nos estudos, pois cultivando as letras humanas com desvelo, e a jurisprudencia civil em a universidade de Coimbra, saíu consummado na especulação das leis imperiaes, como na pratica das maximas politicas.

Pela sua infatigavel industria, animada da mais

[1] No tratado que tem por titulo: Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal, pag. 220.

zelosa fidelidade, se effectuou a gloriosa acclamação del-rei D. João o IV, persuadindo a este principe, com efficazes razões, não duvidasse subir ao throno de seus avós, violentamente occupado pela ambição castelhana; defendendo tão justificada acção, com a voz e com a penna, contra os maiores antagonistas da nossa corôa, quando era agente do mesmo principe D. João em Roma no pontificado de Innocencio X.

Depois de ter sido juiz de fóra da villa de Pinhel, Ponte de Lima, e outros logares, em que manifestou a sua litteratura e desinteresse, foi desembargador do paço, fidalgo da casa real, contador-mór da fazenda, e guarda-mór da torre do Tombo.

Foi casado com D. Maria da Fonseca, de quem não teve filhos, supprindo a descendencia que lhe negou a natureza com outra mais gloriosa, immortalisada nos partos do seu fecundo engenho, em que se admiram a vasta erudição das letras humanas, a profunda noticia da historia profana, a subtil interpretação dos textos mais difficeis, e os documentos mais solidos da politica. Falleceu em Lisboa a 11 de agosto de 1649. Jaz sepultado no claustro de S. Francisco da cidade, junto á porta do refeitorio, em sepultura propria.»

Este convento tem passado por muitas transformações; comtudo devem-se fazer as possiveis diligencias para se descobrirem os ossos de tão assignalado heroe na façanha da restauração, e dar-se-lhes honroso jazigo a par do monarcha a quem elle restituiu a corôa. Se as suas cinzas foram já dispersas, sirva ao menos a imagem que d'elle nos resta no monumento do jardim do palacio dos condes de Almada, para por ella se lhe levantar a estatua que foi proposta na commissão do primeiro de dezembro.

É nosso intento commemorar hoje os restauradores da independencia de Portugal em 1640, e não fazer a historia d'essa gloriosa, e para sempre memoravel revolução, porque as columnas de um jornal não dão tela para tão grande quadro. Tanto mais que ella se acha compendiada em livros mui vulgares, alguns dos quaes, os melhores de certo, apontámos na breve nota [1] d'esta pagina, recommendando que se leiam; e depois diga cada qual, se hoje, que estamos muito menos pobres, menos quebrantados, menos desunidos, e mais populosos, não poderemos ainda melhor defender a independencia da patria, e fazer proezas eguaes ás que obraram nossos avós, extenuados por continuas extorsões e vexames de um captiveiro de sessenta annos!

Duvidar dos nossos brios, e do nosso amor a esta terra gloriosa, foi sempre a suprema injuria que se podia fazer a portuguezes, Deus não póde querer que a mereçamos.

[1] Relação de tudo o que passou na feliz acclamação do muito alto e mui poderoso rei D. João IV, dirigida aos fidalgos de Portugal — attribuida ao padre Nicolau de Maia.

Capitulos geraes apresentados a el-rei D. João IV nas cortes celebradas em Lisboa com os tres estados, em 28 de janeiro de 1641.

Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal — por João Pinto Ribeiro.

Justa acclamação do serenissimo rei de Portugal D. João IV — por Francisco Vellasco de Gouvêa.

Portugal restaurado — pelo conde da Ericeira.

Historia da feliz acclamação do senhor rei D. João IV — auctor Roque Ferreira Lobo.

O que foram portuguezes! — por Mendes Leal Junior (Panorama de 1842).

Não! Resposta nacional ás pretenções ibericas (1857) — por Antonio Pereira da Cunha.

Amostra de um grande dia — por Mendes Leal Junior (Jornal do Commercio de Lisboa de 1860).

Brado dos Portuguezes contra a idéa da União Iberica.

Brios heroicos de Portuguezas — por A. Pereira da Cunha.

Vida del-rei D. João IV — por Fr. Raphael de Jesus, chronista-mór do reino (Manuscripto da Bibliotheca nacional de Lisboa — B. 2. 1.)

Se não houvesse tantos testimunhos publicos d'este sentimento nacional, bastava o recentissimo, da creação de commissões em todos os municipios da monarchia, e nas provincias do imperio do Brasil, onde se acham estabelecidos os nossos concidadãos, para solemnisar o dia primeiro de dezembro, anniversario da nossa libertação do dominio de Castella. E mais ainda o manifesto da commissão central de Lisboa, onde se lavra um solemne protesto contra a união iberica — manifesto que teve o assenso de toda a nação.

É tradição consignada em todos os livros da nossa historia, que os auctores da revolução de 1640 foram quarenta fidalgos. Procurando nós averiguar quaes elles fossem, viemos a saber que não existe documento impresso nem manuscripto que authentique similhante numero. Todas as relações que ha dos nomes dos conjurados contém mais ou menos de quarenta. Temos vivido n'este engano, ou erro, historico, confessàmol-o; mas, ainda que tarde, cumpre rectifical-o.

Para isso temos a lista impressa em 1641, quando todos os interessados estavam vivos. Essa relação, ou se attribua ao padre Nicolau da Maia, como querem uns; ou ao padre Manuel de Galhegos, como pretendem outros, visto que ambos viviam n'aquelle anno, e o primeiro pelo menos entrou na conjuração, merece toda a fé.

É essa lista que vamos transcrever, com a indicação da genealogia e cargos de cada um dos individuos, que lhe acrescentou Roque Rodrigues Lobo:

LISTA DOS FIDALGOS

D. Miguel de Almeida, filho de D. Diogo de Almeida, governador de Diu. Foi conde de Abrantes, conselheiro de estado, e védor da fazenda.

D. Antão de Almada, filho de D. Lourenço Soares de Almada. Foi governador da cidade, e primeiro embaixador á corte de Inglaterra.

Jorge de Mello, filho de Manoel de Mello, monteiro-mór do reino. Foi general das galés, e conselheiro de guerra.

Pedro de Mendonça, alcaide mór de Mourão, e filho de Francisco de Mendonça, capitão de Marzagão. Foi guarda-mór de el-rei na ausencia do conde de Villa-Nova, proprietario d'este emprego, o qual se achava retido em Hespanha.

D. Antonio Mascarenhas, filho de Nuno Mascarenhas, conde de Azinhaga, alcaide-mór de Castello de Vide, Niza, Castello-novo, e senhor de Palma. Foi commendador na ordem de Christo.

O doutor João Pinto Ribeiro. Foi depois desembargador do paço, contador-mór do reino, guarda da Torre do Tombo, e enviado á corte de Roma.

D. Antonio Tello, filho de D. Francisco Tello de Menezes, governador de S. Thomé. Foi capitão-mór das naus da India.

D. Gastão Coutinho, filho de D. Henrique Coutinho, commendador de Caldelas. Foi governador da provincia do Minho, e conselheiro de guerra.

D. Luiz de Almada, filho de D. Antão de Almada. Serviu na guerra da restauração.

D. Alvaro de Abranches, filho de Francisco Coutinho da Camara. Foi general do Minho, e conselheiro de guerra.

D. Affonso de Menezes, filho de D. Fradique de Menezes, senhor da Ponte da Barca. Foi mestre sala do senhor rei D. João IV.

D. Antonio Luiz de Menezes, filho de D. Pedro de Menezes, segundo conde de Cantanhede. Foi 3.º conde do mesmo titulo, 1.º marquez de Marialva, conselheiro de estado e guerra, védor da fazenda, governador das armas do Alemtejo, capitão general

do exercito da Estremadura, e um dos plenipotenciarios da paz.

D. Rodrigo de Menezes, tambem filho de D. Pedro de Menezes. Foi desembargador do paço, regedor das justiças, presidente do desembargo do paço, estribeiro-mór do principe D. Theodosio, e seu camarista.

D. João da Costa, filho de D. Gil Eanes da Costa, alcaide-mór de Castro Marim. Foi o 1.º conde de Soure, governador das armas do Alemtejo, general de cavallaria, e enviado extraordinario a Luix XIV de França.

D. Antonio da Costa, filho de D. Alvaro da Costa. Serviu na guerra da acclamação.

D. Antonio de Alcaçova, filho D. Pedro de Alcaçova, alcaide-mór de Campo-Maior. Passou a servir na India, e foi capitão do Norte.

D. João de Sá e Menezes, camareiro-mór, filho de Francisco de Sá e Menezes, segundo conde de Penaguião. Foi 3.º conde do mesmo titulo, camareiro-mór dos senhores reis D. João IV e Affonso VI; do conselho d'estado e guerra; embaixador extraordinario a Inglaterra.

João Rodrigues de Sá, filho de Francisco de Sá e Menezes, commendador e alcaide-mór de Sines.

Antonio de Saldanha, filho de João de Saldanha, o abbade, commendador de S. Martinho de Santarem. Foi alcaide-mór de Villa-Real, capitão-mór das náus da India, general da armada que foi restaurar a Ilha Terceira, governador da Torre de Belem, conselheiro de guerra, e commendador de Serrazes.

Ayres de Saldanha, filho de Antonio de Saldanha, o captivo, commendador da Sabacheira. Foi commendador e alcaide-mór de Soure; serviu no Alemtejo e morreu na batalha do Montijo.

João de Saldanha de Sousa, filho de Fernão de Saldanha, morgado de Barcarena. Foi mestre de campo na batalha do Montijo.

João de Saldanha da Gama, filho de João de Saldanha da Gama. Foi capitão de cavallaria no Alemtejo, e morto na batalha do Montijo.

Antonio de Saldanha, irmão do antecedente. Sendo conego renunciou a vida ecclesiastica pela das armas, e achou-se na batalha do Montijo.

Bartholomeu de Saldanha, seu irmão. Foi morto na dita batalha.

Sancho Dias de Saldanha, filho de Diogo de Saldanha. Foi morto em um choque com os hespanhoes em 1652.

O conde de Atouguia, D. Jeronymo de Athaide, filho de D. Luiz de Athaide, 5.º conde de Atouguia. Foi conselheiro de estado, governador de Trás os Montes e Alemtejo, e presidente da junta do commercio.

D. Francisco Coutinho, seu irmão. Serviu na guerra e morreu em Elvas.

D. Vasco Coutinho, filho de D. Francisco Coutinho, o cavaco. Serviu tambem na guerra.

Martim Affonso de Mello, filho de Antonio de Mello, alcaide-mór de Elvas. Foi conde de S. Lourenço, governador das armas do Alemtejo, e camarista do principe D. Theodosio.

Luiz de Mello, porteiro-mór, filho de Christovão de Mello.

Manoel de Mello, seu filho, foi regedor das justiças, e grão prior do Crato.

Francisco de Mello e Torres, filho de Garcia de Mello e Torres. Foi o 1.º conde da Ponte, marquez de Sande e general da artilheria.

Antonio de Mello de Castro, filho de Jeronymo de Mello e Castro, e irmão de Diniz de Mello e Castro, conde das Galvêas. Foi capitão de Sofala, e um dos mais insignes governadores da India.

D. João Pereira, prior de S. Nicoláo, filho de Francisco Pereira, da casa dos commendadores de Pinheiro.

Fernão Telles da Silva, filho de Luiz da Silva. Foi 1.º conde de Villar-maior, governador das armas da provincia da Beira, e mordomo-mór da rainha D. Luiza.

Antonio Telles da Silva, seu irmão. Foi capitão das naus da India, governador do Brasil, e conde de Villa-Pouca.

D. Fernando Telles de Faro, filho de Braz Telles de Menezes, conde de Lamarosa. Foi general da provincia da Beira.

D. Antonio da Cunha, filho de D. Lourenço da Cunha. Foi senhor de Taboa, guarda-mór da Torre do Tombo, e deputado da junta dos tres estados.

Tristão da Cunha de Athaide, filho de Simão da Cunha de Athaide. Foi senhor de Povolide.

Luiz da Cunha de Athaide e Mello, seu filho.

Nuno da Cunha. Foi conde de Pontevel, e presidente do senado.

Estevão da Cunha. Foi prior de S. Jorge em Lisboa, e bispo eleito de Miranda.

Luiz da Cunha, filho de Tristão da Cunha, e neto de D. Antão de Almada. Serviu na guerra, e morreu na batalha do Montijo.

Luiz Alvares da Cunha, filho de Duarte da Cunha de Azevedo, morgado dos Olivaes.

Duarte da Cunha, seu filho.

Tristão de Mendonça, filho de Pedro de Mendonça, capitão de Chaul, e general das armas em Portugal. Foi o primeiro embaixador á Hollanda.

Henrique de Mendonça, seu filho. Foi commendador de Avanca.

Luiz de Mendonça, filho de Pedro de Mendonça. Foi conde de Lavradio, general dos galões, e vice-rei da India.

D. Manoel Childe Rolim, filho de D. Francisco Rolim de Moura, XIV senhor de Azambuja.

D. Francisco de Sousa. Foi conde do Prado, 1.º marquez de Minas, embaixador a Roma, e presidente do conselho do Ultramar.

Thomé de Sousa, filho de Fernão de Sousa, senhor de Gouvêa. Foi védor da casa real, e governador de Angola.

D. Paulo da Gama, filho de D. Vasco da Gama.

D. Thomaz de Noronha, filho de D. Marcos de Noronha. Foi conde de Arcos, presidente do conselho de Ultramar, e camarista do principe D. Theodosio.

D. Francisco de Noronha, seu irmão.

D. Carlos de Noronha, filho de D. Antonio de Menezes, o constancio, alcaide-mór de Vizeu. Foi presidente da mesa da consciencia e ordens.

Miguel Maldonado, escrivão da chancellaria-mór do reino, filho de Gaspar Maldonado, que teve o mesmo officio.

Vicente Soares Maldonado.

Francisco Maldonado.

Sebastião Maldonado, seus filhos.

Gonçalo de Tavares e Tavora, filho de Francisco Tavares, senhores de Mira.

Gil Vaz Lobo, alcaide-mór de Cintra, filho de Gomes Freire de Andrade.

Ruy de Figueiredo, senhor de Otta.

Luiz de Figueiredo, seu irmão.

Gaspar de Brito Freire.

Luiz de Brito Freire, seu filho.

Manoel Velho, filho de Duarte Velho.

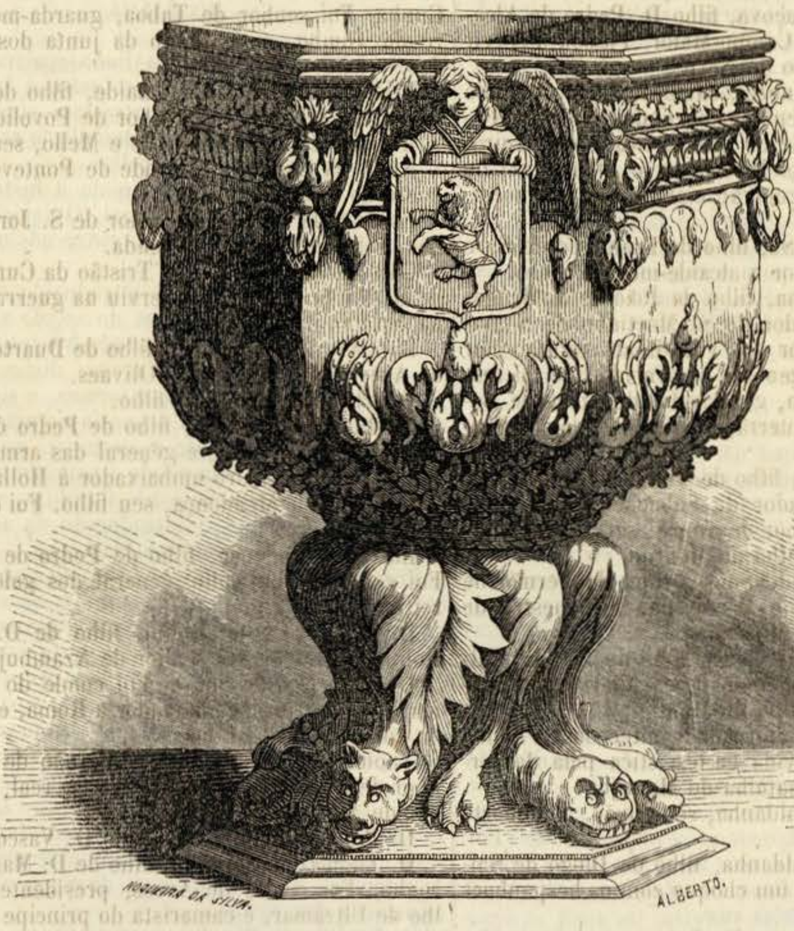
Francisco Brandão, filho de Carlos Brandão.

Francisco Freire Brandão.

Francisco de Sampaio, filho de Manoel de Sampaio. Foi fronteiro-mór.

LISTA DOS NOBRES.

O padre Nicolau da Maia — O capitão Marcos Antonio de Azevedo — O capitão Vasco Coutinho de Azevedo — Francisco de Vasconcellos — Luiz de Loureiro — O capitão Jordão de Barros de Sousa — Antonio do Rego Beliago, e seu filho João do Rego Beliago — Antonio Figueira da Maia — O padre Bernardo da Costa — O alferes Marcos Leitão de Lima — O licenciado Gabriel da Costa, quartanario da Sé — Manoel da Costa, seu irmão — Paulo de Sá — O capitão Diogo Penteado — Manoel de Novaes Carvalho — Manoel de Azevedo — João da Silva do Valle — Miguel da Silva — Gregorio da Costa — O alferes Francisco de Tavora — Gonçalo de Sampaio — Manoel de Sampaio — Gaspar de Tovar — Pedro de Abreu — Simão da Cunha — Luiz Alves Banha — Bento da Motta Gusmão — Affonso Mendes — Luiz Godinho, escrivão do pescado — O capitão Antonio Franco de Lima — Alberto Rapozo — Paulo de Moura — João Ribeiro — O licenciado Gaspar Clemente.



Pia baptismal de Santa Maria de Leça do Balio

Fr. Raphael de Jesus, chronista mór do reino, na *Vida del-rei D. João* IV, que se conserva inedita, em dois volumes de folio, na bibliotheca nacional de Lisboa, tratando de relacionar os auctores da revolução que elevou este monarcha ao throno, diz:

«Para que as edades futuras reconheçam os esclarecidos varões a quem Portugal deve o incomparavel beneficio da sua liberdade, na memoria de seus nomes perpetuaremos a lembrança da nossa obrigação, seguindo o estilo da fama, que do complemento das obras recebe a primeira agitação das azas. Advertindo a todos os que lerem, que repito e não invento, que numéro e não escolho; que traslado e não examino, seguindo a ordem do abecedario na de seus nomes e appellidos.»

Traz depois d'este preambulo uma relação de quarenta e oito fidalgos, parte dos que estão incluidos na primeira lista impressa em 1641, que acima transcrevemos, e no fim acrescenta:

«E não duvido que seriam outros muitos de egual qualidade e merecimento, que na occasião esconderia a confusão, e na escriptura o descuido. Sei porém que entre todos se fizeram applaudidos dois sacerdotes; um celebrado pelo clerigo de Azambuja, outro pelo nome de Nicolau da Maia, que na occasião obraram maravilhas, este com um alfange em uma mão, e um crucifixo na outra feria os inimigos, e animava os confederados; aquelle com uma espada e um broquel debatia golpes, e castigava atrevidos. De muitos outros nobres e dos populares que verdadeiramente n'esta manhã se mostraram com animo e braço de verdadeiros portuguezes, e cujos nomes sepultou n'aquella cidade seu escuro nascimento, egual memoria fizera a tradição e a estampa, se a fortuna de todos egualára os seus merecimentos.»

Vê-se que não ha nenhum auctor que estreme os conjurados ou conspiradores dos que tomaram parte na revolução que rebentou no terreiro do Paço. Sabemos quem foram os promotores e principaes agentes; mas como o numero dos conjurados cresceu successivamente, nem era crivel que se taxasse, perdeu-se-lhe a conta, ficando em tradição o numero de

quarenta, por alguma razão que hoje ignorâmos, ou talvez porque era esse o dos annos decorridos do seculo em que se realisou a acclamação, desde muito tempo annunciada nas profecias populares.

Descreveremos agora o sitio e azulejos onde se acham representadas as tres principaes scenas da revolução de 1640, visto que todos os escriptores nacionaes e estrangeiros os pintam como se os não tivessem visto, a ponto de haver algum, dos nossos, que diz estar alli figurado o secretario d'estado Miguel de Vasconcellos, no acto de o arrojarem das varandas do paço para o terreiro, quando tal não ha. Omissão esta, que muito acredita a quem encommendou a pintura, porque n'isto se mostrou arrependimento de uma acção cruel, embora inevitavel, e acaso necessaria n'aquelle conflicto.

No fundo do jardim, hoje inculto e devastado, posto que ainda assombrado por alteroso arvoredo, ha uma especie de pavilhão descoberto, com assentos de pedra, e por detraz d'elle uma escadaria que leva a um mirante, onde d'antes havia uma saida para o monte de Santa Anna, ladeando a cerca do mosteiro das commendadeiras da Encarnação.

Por esta serventia escusa é que naturalmente os conjurados entravam para a casa das conferencias, que ainda existe no jardim, já muito arruinada.

O pavilhão tem uma fonte no topo, com seu tanque em fórma de pia baptismal, de cantaria lavrada, pelo estilo do seculo XVI. As paredes são todas azulejadas de alto abaixo, e ao meio é que estão desenhadas as scenas da revolução.

No fundo, e por cima da fonte, está figurado o paço da Ribeira, invadido pelos conjurados, desarmando a guarda castelhana; e a uma das varandas D. Miguel de Almeida, com a espada em punho, bradando ao povo: *Liberdade, liberdade, viva el-rei D. João IV!* Á porta do paço está um coche puxado a quatro, espantados os cavallos com os vivas da multidão. Por baixo d'este quadro está escripto: *Redempção de Portugal. A Fidelidade e o Amor triumphão.*

Na parede do lado direito está representada a procissão que saiu da Sé, no momento em que no largo de Santo Antonio se despregou o braço direito da imagem de Christo que ia adiante do arcebispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha. Este, e D. Alvaro de Abranches, que vae a cavallo com o estandarte do senado, são as duas figuras mais proeminentes. Por baixo d'esta scena está este versiculo de S. Lucas: *Benedictus Dominus Deus Israel, quia visitavit et fecit redemptionem plebis suæ.*

Na parede do lado esquerdo é que está a scena que desenha a nossa gravura. As seis figuras que n'elle se vêem são, os primeiros conjurados que chamaram para as suas conferencias o doutor João Pinto Ribeiro; a saber: D. Miguel de Almeida — D. Antão de Almada — Francisco de Mello — Jorge de Mello — Pedro de Mendonça e elle Pinto Ribeiro.

Por cima d'este quadro está a seguinte inscripção: *Amor, Constancia e Fidelidade.* Por baixo: *Venturoso sitio: honrosas conferencias em que se formou a redempção de Portugal.*

ORIGEM DO TE DEUM DO PRIMEIRO DE DEZEMBRO.

Nas cortes reunidas em 20 de janeiro de 1641, apresentaram os procuradores dos povos a el-rei D. João IV varios capitulos ou propostas, sendo a primeira do teor seguinte.

CAPITULO I.

«Pedimos a V. M. que pois a virtude do agradecimento he a de que Deos mais se penhora, para continuar nas merces e acrecentar nos imperios, em reconhecimento da merce que este Reyno recebeo de poderosa mão de Deos no primeiro de Dezembro de seiscentos e quarẽta, em o livrar do cativeiro em que estava; seja V. M. servido mandar ordenar, que no dito dia se faça cada anno hũa procissaõ solemne em todos os lugares do Reyno, na forma das mais procissões da obrigaçaõ das Camaras».

REPOSTA.

«Assi o tenho mandado nos lugares que convem, e vos agradeço a lembrança que neste particular me fazeis».

PIA BAPTISMAL DE SANTA MARIA DE LEÇA DO BALIO

Esta pia baptismal é um lindo specimen do gothico florido. A variedade, profusão, e fantasia dos adornos qûe a cobrem, contrastam singularmente com a nudez das paredes do templo, e com a austera singeleza das naves e capellas.

N'este contraste está resumida a historia da architectura gothica em Portugal. O templo e a pia são dois padrões que marcam entre nós o começo e fim d'aquella architectura.

O gothico puro, que foi introduzido n'este paiz, segundo cremos, no decurso do seculo XIII, substituindo o pesado estilo normando-bysantino, já desde muito desprezado na Europa, distinguiu-se ao principio pela elegancia das fórmas, e simplicidade dos ornatos. Depois veiu a poesia da arte derramar tantas e taes flores sobre o marmore, que a pureza da architectura gothica pouco a pouco se corrompeu, até degenerar n'aquelle estilo florido, que precedeu apenas alguns annos a introducção da architectura classica, ou do renascimento das artes.

Portanto, basta uma simples vista para se conhecer, que a pia de que tratâmos é obra do seculo XVI, feita ao mesmo tempo que o mosteiro de Belem. É de pedra ançã, e de fórma oitavada. Na parte mais alta de cada uma das quatro faces alternadas tem o escudo d'armas do fundador, sustentado por um anjo. O brazão é um leão rompente com tres faxas, que, segundo o termo heraldico, se chamam *coticas* com *escaques*. Nas outras quatro faces tem as seguintes letras: *O prior do Crato = Dõ frei Jõ. Coelho = a mandou fazer.* A face em que tem a era está encostada á parede, pelo que se não póde ler. A estampa, que publicâmos, dispensa-nos de mais minuciosa descripção.

D. fr. João Coelho foi prior do Crato, chancellermór de Rhodes, balio de Negreponto, commendador de Leça, da Guarda, d'Elvas e do Landal, e do conselho dos reis D. Affonso V, D. João II, e D. Manuel. Assistiu, como procurador dos commendadores e cavalleiros portuguezes, ao capitulo geral que a ordem de S. João de Jerusalem, chamada depois de Malta, celebrou em Roma no palacio do Vaticano em 29 de novembro de 1466. Falleceu D. frei João Coelho em novembro de 1515.

Aproveitando esta occasião vamos emendar um erro, que commettemos, quando a paginas 259, descrevendo a egreja de Santa Maria de Leça do Balio, dissémos que a communicação da egreja para o antigo mosteiro se fazia por cima do telhado, subindo-se por uma escada da torre. A escada que subia para o telhado, unica communicação do templo para o mosteiro, é de caracol, e está aberta na grossura da parede ao lado do Evangelho. Presentemente acha-se tapada de pedra e cal. A passagem para a torre tambem outr'ora se fazia sómente pelo telhado. Hoje tem uma tosca escada, que sóbe interiormente desde o pavimento terreo até onde estão os sinos, e d'ahi ás ameias.

AS FORMIGAS NO BRASIL

(Vid. pag. 278)

Depois de nos dar o resumo d'este singular pleito dos frades do Maranhão com as formigas, acrescenta o bom do padre Bernardes, por modo de desculpa:

« Poderá algum Aristarcho fazer irrisão d'este caso, e taxar de ignorancia ou superstição o meio de que usaram aquelles religiosos, pois é certissimo, entre os theologos, que as creaturas irracionaes são sujeitos incapazes de censura ecclesiastica, assim em rasão da culpa que esta suppõe como essencial motivo, como pela razão das privações que são essencial motivo da mesma censura, como tambem por esperança da emenda, que é o seu fim intrinseco.

Porém responde-se facilmente, que nem os que pedem este modo de excommunhão, nem os que as fulminam, nem os que a ouvem ler ou contar, ficam entendendo ser propria e rigorosa censura ecclesiastica, senão sómente um arremedo ou similhança, ou uma maldição imprecatoria. E o uso de pessoas doutas e pias (seguindo-se bom effeito) tem approvado este remedio, com tal que n'elle se não misturem acções, palavras, ou ceremonias supersticiosas. »

E adduz o padre muitos casos similhantes de excommunhão contra os animaes damninhos, lançada por differentes varões santos.

Quasi estamos tentados a approvar este remedio sobrenatural, quando lemos os trabalhos e perdas que aos pobres lavradores da America causam alguns insectos, sem haver meio de os extirpar; sendo necessario n'algumas terras dar ração ás formigas para que ellas não destruam as sementeiras!

Ouçamos para desengano o que diz, na sua *Chorographia Brasilica*, o padre Manuel Ayres do Casal, auctor a que os brasileiros muito prezam, e tanto que já fizeram duas reimpressões d'esta obra.

« Ha no Brasil muitas especies de formigas, porém as mais notaveis são as da *mandioca*, as de *correição*, e o *cupim*.

As da mandioca são avermelhadas, mui grandes, e um dos flagellos das lavoiras, e ainda das arvores fructiferas, como a larangeira e outras mais robustas. Todos os trabalhos admittem dias de descanço, menos o de preservar os mandiocaes d'este damninho vivente; é preciso deitar-lhes de comer todos os dias para que de noite não devorem as plantações e desfolhem arvores. Só de noite é que esta formiga faz similhantes estragos. Os seus formigueiros são espaçosas cavidades subterraneas, com muitas entradas e saidas, distantes entre si, para se servirem de umas quando se lhes tapam as outras. Se acontece ficarem estas cavidades debaixo das paredes de algum edificio, com o rigor do inverno, abatendo a terra, vem ao chão.

As de correição são pequenas, e mudam-se de um districto para outro, em innumeraveis legiões que occupam muitas braças de terreno em sua marcha. Então nenhum vivente fica no logar por onde ellas passam; os pequenos são mortos, e os grandes obrigados a fugir.

O cupim é uma formiga pequena, esbranquiçada e gorda, que só se mantem do farelo do lenho, com o qual, e uma especie de grude que sae do seu mesmo corpo, cobrem de abobada a estrada por onde caminham, sem serem vistas dos outros insectos e aves que os comem.

E o cupim destruidor do madeiramento dos edificios; e faz a sua casa nos tectos com os mesmos materiaes, em fórma redonda cheia de cellulas; outras as fazem nos forcados dos ramos das arvores; porém a maior parte é no chão, com terra abetumada com o mesmo grude, ficando todo o interior cheio de cellulas, salões e corredores; tem a fórma pyramidal, alguns com muitos pés, e resistem por muitos invernos ás tempestades. »

A gravura que publicámos no antecedente numero, representa uma invasão das taes formigas de correição. Alli se vêem os lagartos, baratas e outros bichos fugindo, a bom fugir, mal avistam as legiões das formigas que lhe não dão quartel, nem elles as podem combater, porque são infinitas.

Esta estampa foi copiada da viagem que fez ao Brasil o bem conhecido pintor francez Biard, em 1858-1859. [1]

Devemos notar que este artista tem o sestro de desfavorecer nos seus quadros e nas suas narrações, os paizes por onde tem viajado, que são muitos, pois não só já percorreu quasi todas as provincias da Europa, mas esteve na Syria e no Egypto, affrontou os gelos da Laponia e do Spitzberg, até que foi parar ao Brasil, d'onde já regressou a França.

Os desenhos e narrativa que publicou no *Tour du Monde*, bem mostram o seu genio mordaz, e a sua veia para a caricatura, o que o tem feito mais estimado dos inglezes que dos seus concidadãos.

Desapprovando, e até reprehendendo, todas as suas invenções e exagerações, pareceu-nos que o desenho da invasão das formigas completava a descripção que d'ellas faz o padre Casal.

Agora importa dizer, que assim como ha muitos animaes injustamente calumniados, tambem alguns tem sido grandemente lisonjeados sem o merecerem. Um d'estes é a formiga.

Desde Salomão até Buffon, entre os sabios; desde Esopo até Lafontaine, entre os fabulistas; a formiga tem sido exaltada com os honrosos epithetos de *próvida*, *sollicita*, *cauta*, *economica*, *laboriosa*, *desvelada*, *prudente*, *industriosa*, *paciente*, *vigilante*, *sagaz*, *infatigavel*, *avisada*, e outros que taes.

Ainda hoje o vulgo crê que a formiga anda de verão armazenando provisões para o inverno. Mas o povo engana-se como se enganaram aquelles sabios, porque a formiga de inverno não come; fica entorpecida, e tão immovel que parece morta. Tem, como outros muitos animaes, o seu periodo chamado de hybernação, lethargia profunda em que apenas respiram.

Já se vê pois, que todos os louvores que se tem dado á formiga, julgando-a tão laboriosa, e tão providente que anda todo o verão encelleirando para não padecer fome no inverno, se fundam n'um supposto falso.

O grão que a formiga rouba e acarreta para o seu formigueiro, é para ir comendo, para sustento da sua progenie, as larvas, e o resto para fazer cama agasalhada onde durma o grande somno da hybernação.

Eis a que reduz a tão decantada providencia da formiga, bichinho que os antigos nos apresentam como professor de economia politica e domestica!

ANECDOTAS DO DIA DA ACCLAMAÇÃO

Quando João Pinto Ribeiro ia para o paço na manhã do primeiro de dezembro, encontrou um amigo que elle tinha convidado sem lhe dizer para que. Quando já estavam ao pé da capella real, perguntou-lhe o amigo onde iam, ao que respondeu João

[1] Biard é pintor de historia, de genero, retratista e paizaista. Ha d'elle muitos quadros gravados por Jazet, que tem grande acceitação, sobre tudo na Inglaterra, onde goza de reputação. Sua mulher é uma escriptora notavel, que sob o pseudonymo de Léonie d'Aunet tem publicado muitos folhetins na *Presse* e no *Siècle*, dramas e romances.

Pinto: *Imos aqui abaixo á sala dos tudescos tirar um rei e pôr outro; e logo nos tornâmos para casa.*

Tanta era a confiança na lealdade e segredo até dos que não estavam mettidos na conspiração; e tal a têmpera d'aquelles revolucionarios!

*

Conta-se que D. Luiz del Campo, governador do castello de S. Jorge, quando se lhe apresentou a ordem da duqueza de Mantua para entregar aquella praça aos conjurados, dissera com galanteria: *A esta hora, qúe son las nueve, nó es el-rei Felipe señor de una chaminéa en Portugal.*

*

No dia da acclamação illuminou-se toda a cidade de Lisboa, e durante a noite não cessaram os vivas, sem haver nenhum disturbio; o que deu motivo a dizer um fidalgo hespanhol que tinha observado tudo isto: *Es posible que se quite un reino a el-rei D. Felipe com luminarias y vivas, sin mas ejercito ni poder?*

*

Quando o marquez de Aia-Monte soube que em Portugal se tinha acclamado o duque de Bragança, disse graciosamente: *Aóra verá la España los errores de su gobierno. Tiene el duque de Bragança reino para si, hijos, nietos y bisnetos.*

*

Na vespera do dia da revolução de 1640, andava este segredo já tão publico, que uma criada de D. Antão de Almada, mandando um preto a casa de certa senhora, cujo marido se achava preso e opprimido pelo secretario de estado Miguel de Vasconcellos, chegou a uma janella, estando o preto ainda no pateo, e em alta voz lhe fez esta recommendação: *Dize á senhora que se não consuma, porque ámanhã ha de ir o sr. D. Antão com outros fidalgos matar o secretario de estado, e soltar o senhor seu marido.*



O Tapir ou Anta do Brasil [1]

É este o maior animal da America; regula pelo tamanho das nossas vaccas pequenas. Os americanos tem-n'o por tão monstruoso lá nas suas terras como nós considerâmos aqui o elephante.

O tapir tem o corpo arqueado como o porco; as pernas curtas; a cabeça grossa e comprida como o rhinoceronte; as orelhas redondas e levantadas; os olhos pequenos; a cauda muito curta; o cabello pardo escuro.

Nunca sáe do seu covil senão de noite, e gosta tanto de se metter n'agua, que dentro d'ella passa boa parte da sua vida. É comtudo não come peixe, nem é carniceiro, apesar de ter vinte e cinco dentes incisivos e afiados. Sustenta-se unicamente de plantas e raizes.

Por isso de dia anda sempre pelos bosques visinhos aos rios ou correntes onde se possa banhar; e tambem porque n'essas paragens cresce com abundancia a herva de que se sustenta, o capim.

Embora tenha as pernas curtas e corpo massiço, o tapir não deixa de correr bastante, e de nadar ainda melhor.

O coiro do tapir é de tal espessura e rijeza, que muitas vezes resiste á bala; por isso os europeus lhe chamam anta do Brasil, nome que d'antes se dava á pelle do bufalo, de que se faziam as couraças e outras defesas para a guerra.

O tapir domestica-se facilmente; é timido, e foge de todo o combate ou perigo. Entretanto é necessario evitar-lhe o encontro, porque atropella e pisa quanto encontra na passagem.

A carne d'este animal é insipida, porém o gentio come-a com gosto.

Fazem-se no Brasil grandes caçadas de tapir, segundo lemos no curioso livrinho do nosso amigo e consocio o sr. F. A. de Varnhagem, intitulado: *A caça no Brasil, ou manual do caçador em toda a America tropical, acompanhado de um glossario dos termos usuaes da caça — por um brasileiro devoto de Santo Huberto.*

Este tratadinho está escripto com desfatio, e contém bastantes particularidades cynegeticas que ainda ninguem tinha colligido, e se não acham até em grossos volumes publicados por caçadores de nomeada. Além d'isto traz um copioso catalogo de termos de caça, mui pittorescos, e que não andam nos diccionarios.

[1] Brotero chama-lhe tapirete, mas parece-nos que se lhe deve conservar o nome de tapir que lhe dão no Brasil.